

Assemb. pag. 8  
CONSTITUINTE

# Governo apreensivo com os rumos

por Cecília Pires  
de Brasília

As principais lideranças do PMDB, sob o comando do deputado Ulysses Guimarães, procuravam, neste final de semana, uma solução negociada capaz de unir, numa única proposta, os que defendem que a Constituinte tem plenos poderes para mudar a partir de agora a atual Constituição e os que alegam que ela não é o fórum legítimo para estas alterações. A via negociada era vista por líderes do partido, entre eles o senador Fernando Henrique Cardoso, relator da proposta de regimento provisório da Constituinte, como caminho mais eficaz para desemperrar os trabalhos.

Se há consenso entre todos os partidos e correntes ideológicas de que a legislação herdada do período autoritário tem de ser imediatamente abolida, a forma para esta mudança esbarra em divergências dentro do próprio PMDB. Para alguns, a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Moreira Alves, em delegar ao plenário da Constituinte a prerrogativa de decidir sobre se os senadores eleitos em 82 teriam ou não poderes constituintes assegurados, abriu um precedente. Ele permitiria, por exemplo, que a própria Constituinte, por maioria simples de seus membros, passasse a modificar a ordem jurídica vigente.

Esta solução passou a preocupar o Palácio do Planalto, segundo credenciado assessor do presidente. Sarney passou a revelar sua posição contrária à medida a parlamentares recebidos em audiência nos últimos dias, segundo confirmou a mesma fonte. A alegação é de que delegar plenos poderes à Constituinte ameaçaria a estabilidade do processo de transição democrática, colocando em xeque a própria duração do mandato do presidente Sarney.

Para o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, o único fórum competente para alterações imediatas na atual Constitui-

## Esboça-se um novo quadro partidário



Jarbas Passarinho

Em março de 1983, quando Tancredo Neves deixava o Senado para assumir o governo de Minas Gerais, incluiu em seu discurso de despedida um aberto elogio ao então senador Jarbas Passarinho, do Pará, que saía derrotado nas eleições de 1982. "Eu invoco Jarbas Passarinho, bravo, culto e idealista. Nele o governo, nos anos em que aqui esteve (no Senado), encontrou o mais nobre e competente defensor de suas teses e posições."

Quatro anos depois, Passarinho volta ao Senado, reassumindo uma das três cadeiras do Pará. As gestões do presidente Sarney fizeram com que o PMDB paraense, comandado pelo governador Jader Barbalho, aceitasse uma coligação com o PDS de Passarinho, o que lhe garantiu a vitória nas urnas. "Explico essa simpatia do presidente Sarney por mim, inclusive, como um desejo de que minha participação ajudasse no equilíbrio da Constituinte", diz Jarbas Passarinho.

Ele aposta que será promulgada uma Constituição progressista, mais avançada do que esperam os "neoliberais" e aquém das expectativas dos socialistas democráticos ou revolucionários. Esses dois últimos blocos, como avalia o senador paraense e pre-

sidente interino do PDS, somam cerca de um quinto das 559 cadeiras.

Esboça-se, assim, nas projeções do senador, a moldura de um novo quadro partidário, pós-Constituinte. "Veja que membros do PFL estão articulando uma frente suprapartidária de moderados. Isso pode ser o embrião de um novo partido."

Um exemplo do que Passarinho considera como uma posição progressista na Constituinte é a definição de latifúndio improdutivo como o principal objeto de des-

apropriação para fins de reforma agrária.

Os liberais preferiram que o assunto não fosse tratado na Constituinte. Os socialistas imaginariam que melhor seria a supressão do termo "improdutivo", tornando passível de desapropriação todo e qualquer latifúndio. Passarinho entende que a maioria do Congresso constituinte é, como ele próprio, "reformista". Acha que nessa faixa estão políticos como os senadores José Richa (PMDB-PR), Gérson Camata (PMDB-ES) ou Wilson Martins (PMDB-MS).

No agrupamento dos socialistas, cita os deputados Luis Ignacio Lula da Silva (PT-SP), Francisco Pinto (PMDB-BA) e Hélio Duque (PMDB-PR), além dos senadores paulistas Mário Covas (PMDB) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB). Os "neoliberais" são frequentes no PFL e podem ser localizados no PDS — o senador Roberto Campos (MT) é o mais notório. Ainda que Passarinho rejeite classificações ideológicas no "tripé" direita-centro-esquerda, é possível extrair de sua explanação o cálculo de que a esquerda está representada por 100 ou 120 parlamentares.

Passarinho, reconhecido por Tancredo Neves como um dos

mais argutos oradores contemporâneos, está disposto a embates verbais em defesa ao atual regime e em "responsável" oposição do atual governo. A iconoclastia da esquerda radical, a seu ver, pode levar a opinião pública a pedir que o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, coloque o seu time no Palácio do Planalto. E por isso, diz ele, que espera êxito na gestão do presidente Sarney, embora esteja pronto a criticar seus erros.

Se a opinião pública, raciocina Passarinho, acreditar que a solução para a crise econômica é colocar no Planalto quem nele nunca esteve, o PDS não teria chance de voltar ao poder. "Jamais seremos herdeiros da desestabilização do governo", disse ele. E com esse pressuposto que Passarinho promete ter uma atuação radical, mas apenas no plano de idéias. Defenderá um mandato de cinco ou seis anos para o presidente Sarney, um "presidencialismo mitigado", as Forças Armadas como garantidoras da permanência das instituições democráticas, a devolução das prerrogativas do Parlamento, um corte na "hipertrofia do Estado", mas com um tom conservador sem a profundidade dos liberais do "laissez-faire".

ção seria a Câmara e o Senado. "A convocação da constituinte, livre e soberana, em 1986, foi feita para a elaboração de uma nova Constituição e não para reverter o atual ordenamento jurídico da Nação, defendia Maciel, no início da semana, referindo-se ao documento firmado entre as forças que elegeram Tancredo Neves.

Os setores militares também se mostravam apreensivos com a possibilidade de a Constituinte passar a modificar a atual Constituição.

Um ministro, com trânsito neste setor e livre acesso ao gabinete presidencial, afirmou a este jornal que a Constituinte foi instalada para dar estabilidade ao processo democrático, e não como um fim em si mesma. Caso passasse a modificar uma a uma as leis vigentes, sem a pro-

mulgação de uma nova Carta, o País não teria um único ordenamento jurídico sob o qual se orientar. E isto, na visão da mesma fonte, ameaçaria a estabilidade política do País.

Entre os congressistas, as opiniões se dividiram entre delegar plenos poderes de legislar à Constituinte ou retirar o chamado "entulho autoritário" da atual Constituição, por meio de votação na Câmara e no Senado, respeitado o quórum de dois terços das duas Casas. "A Constituinte pode modificar qualquer lei da atual Constituição por maioria simples", defendeu o deputado Cunha Bueno (PDS-SP).

O candidato a líder do PMDB na Câmara, deputado Carlos Santana, defendeu a extinção do "entulho autoritário" via Constituinte, com votação feita por meio de maioria simples.

"Esta é uma proposta do ponto de vista jurídico absolutamente inepta", defendeu o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto, demonstrou idêntica posição, pregando, por exemplo, uma restrição dos poderes legislativos do Executivo.

O terceiro vice-presidente do PMDB, senador Affonso Camargo (PR), defendeu que a Constituinte modifique imediatamente os artigos herdados do período autoritário, por maioria simples.

A Constituinte não é uma reunião de um bando de irresponsáveis. Ela tem a responsabilidade pelo interesse nacional. Os poderes constituintes podem modificar, a partir de agora, qualquer artigo que acharem oportuno", concluiu o senador.

## Chiarelli diz que PFL apóia limites de poder

por Milton Wells  
de Porto Alegre

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, afirmou na sexta-feira em Porto Alegre que, na sua opinião, a Assembleia Nacional Constituinte não tem poderes para reduzir o mandato do presidente José Sarney, de seis anos, expresso na atual Constituição. Ele acha que os constituintes foram eleitos para discutir exclusivamente temas constitucionais que farão parte da nova Constituição, não podendo interferir na atual ordem legal. Esta tese, segundo ele, possui respaldo jurídico, relativo ao direito intertemporal, e contaria com "apoio unânime do PFL".

Chiarelli atribui a "um pequeno grupo de jovens deputados do PMDB" a tentativa de "subverter a ordem legal", com iniciativas que visam a encurtar o mandato do presidente, e mesmo a eliminar dispositivos da Constituição vigente, como o estado de emergência e as atribuições do Executivo de baixar decretos-leis. "Aqueles que participaram das eleições para a Constituinte sabiam que as regras seriam estas, e não podem agora mudar o que foi estabelecido".

Para ele, há o consenso entre as lideranças dos partidos que dão sustentação ao presidente José Sarney de que seu mandato será de seis anos. O próprio Sarney, de acordo com o senador gaúcho, desafia alguém a reproduzir uma ocasião ou conversa em que o presidente tenha estimulado gestões ou negociações com vistas a preservar seu mandato. "O presi-

dente está absolutamente tranquilo quanto a isso", frisou Chiarelli, que manteve encontro com Sarney na quinta-feira à noite, no Palácio do Planalto. "O que se discute é o mandato de seu sucessor e se o sistema de governo será presidencialista ou parlamentarista", disse Chiarelli.

Em sua opinião, há uma tese que começa a ganhar forma entre os constituintes, segundo a qual, se for preservado o Presidencialismo, o mandato do presidente da República passará a ser de cinco anos; se for instituído o Parlamentarismo, seu mandato seria de seis anos.

### MACIEL

Um dos líderes nacionais do PFL, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, afirmou na sexta-feira que os constituintes, especialmente as lideranças e dirigentes da Câmara e Senado, devem ter atuação firme no sentido de evitar que a Assembleia se transforme em palco de discussões que nada têm a ver com seu único objetivo: a elaboração da futura Constituição do País.

Maciel alertou para o risco de se incluir no regimento interno definitivo da Constituinte normas que acabem por desviar a atenção da Constituinte. Defensor, desde o início do funcionamento da Câmara e Senado paralelamente ao da Constituinte, Maciel teme que o plenário da assembleia se transforme em "pinga-fogo", um horário do expediente destinado a pequenas comunicações e que os parlamentares sempre usaram para tratar dos assuntos mais diversos.

## Eleição ocupa agenda da semana

A eleição do líder do PMDB na Câmara dos Deputados na terça-feira é o principal assunto, no âmbito do Legislativo, deste começo da segunda semana de atividades da Assembleia Nacional Constituinte. partido majoritário nas duas casas do Congresso, a escolha do líder do PMDB na Câmara desperta interesse em todos os demais.

Luiz Henrique (SC), João Herrmann (SP), Carlos Sant'anna (BA) e Milton Reis (MG) disputam a preferência dos deputados do PMDB e é pouco provável que ainda na terça-feira se conheça qual deles vai substituir o atual líder Pimentada Veiga (MG).

Nenhum dos quatro candidatos acredita em vitória no primeiro turno de votação e a segunda chamada,

reunindo apenas os dois mais votados, está prevista para quinta-feira. A bancada do PMDB na Câmara tinha 260 deputados, mas até terça-feira poderá encolher e ficar com 257. O goiano Aldo Arantes formalizou, na sexta-feira, seu desligamento e ingressou no Partido Comunista do Brasil (PC do B), os deputados Célio de Castro (MG) e Eduardo Bonfim (AL) poderão trilhar o mesmo caminho de Arantes, aumentando para seis membros a bancada do PC do B na Câmara e reduzindo a do PMDB para 257 deputados. Portanto, para eleger-se líder do partido na Câmara, na eleição de terça, um dos concorrentes precisa obter a maioria simples de 130 votos.

"Estou trabalhando com

olho, também, na segunda votação", diz o mineiro Milton Reis, que anuncia ter trinta votos certos da bancada de Minas Gerais (o PMDB mineiro elegeu 35 deputados federais, a maior representação estadual do partido na Câmara), mas não conta com o apoio do atual líder Pimentada Veiga.

Reis afirma que se não estiver entre os dois mais votados para disputar o segundo turno, apoiará João Herrmann ou Carlos Sant'anna contra o catariense Luiz Henrique. "Prentendo ganhar no primeiro turno", diz Luiz Henrique, otimismo que externa apenas quando está junto dos deputados que trabalham sua candidatura. Na sexta-feira, Luiz Henrique recebeu o apoio de duas banca-

das do Nordeste — Paraíba e Rio Grande do Norte —, mas a eleição do novo líder do PMDB na Câmara continua indefinida.

O baiano e ex-ministro da Saúde do Governo Sarney, deputado Carlos Sant'anna, observa que o voto é secreto e "apoios" manifestados em conversas nos corredores do Congresso podem mudar momentos antes de se colocar o voto na urna. E o paulista João Herrmann considera que já obteve a primeira vitória: levar a eleição do líder do partido para o plenário da Câmara, democratizando a discussão dentro da bancada do PMDB. Partiu de Herrmann a proposta de realizar um debate com os quatro candidatos antes da eleição. Ele está marcado para terça-feira.